



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



ATA Nº 11

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 9 DE MAIO DE 2017

PRESIDÊNCIA: Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos. -----

VEREADORES PRESENTES: Tibério Manuel Faria Dinis, Osório Meneses da Silva, Elmano Manuel Vieira Nunes, Maria Judite Gomes Parreira e Paulo Noval Frederico. --

FALTAS JUSTIFICADAS: Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro -----

HORA DE ABERTURA: 10H00M -----

----- Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezassete, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Vice-Presidência de Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, estando presentes os Vereadores Tibério Manuel Faria Dinis, Osório Meneses da Silva, Elmano Manuel Vieira Nunes, Maria Judite Gomes Parreira e Paulo Noval Frederico. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

----- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver “quórum” para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima senhora Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- De seguida o Executivo deliberou, por votação secreta, considerar justificada a falta de comparência à reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Ao dar início aos trabalhos a senhora Vice-Presidente informou que na ordem do dia não consta a listagem de licenciamentos de obras particulares porque existe um problema informático, problema esse que se continua a tentar resolver, por esse facto não se consegue imprimir a referida listagem. -----

----- Seguidamente deu a palavra aos Vereadores para eventuais intervenções. -----



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



-----A Vereadora Maria Judite Parreira abordou a situação dos maus cheiros que voltaram a fazer-se sentir, e questionou se já houve alteração à legislação que regula essa matéria, tendo a senhora Vice-Presidente respondido que como houve uma alteração substancial ao articulado, aprovada pela Assembleia Municipal, foi necessário submeter, novamente, a apreciação pública. -----

----- A senhora Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica explicou que a alteração e republicação do Código de Posturas foi submetida, para efeitos de publicação no Diário da República, a dezassete de abril, porém, após se ter recebido o aviso de pagamento para essa publicação, o processo ficou pendente no Setor de Contabilidade por existir uma diferença no valor da requisição. Entretanto, essa situação foi resolvida aguardando-se a sua publicação. -----

----- A Vereadora Maria Judite Parreira perguntou se, enquanto não se proceder a essa publicação, não pode ser aplicada a nova legislação, tendo a senhora Vice-Presidente respondido que está em vigor a norma do Código de Posturas publicada que impõe uma proibição absoluta. -----

----- Prosseguiu a senhora Vice-Presidente dizendo que o que se tem vindo a verificar, quando acontecem essas situações de maus cheiros, é as pessoas chamarem a PSP – Polícia de Segurança Pública –, esta, por sua vez, levanta um auto e remete-o para a Câmara, sendo que até à data não se recebeu qualquer auto proveniente desta recente situação. -----

----- A Vereadora Maria Judite Parreira perguntou qual o procedimento da Câmara após receber esse auto, ao que a senhora Vice-Presidente respondeu que é instaurado um processo de contra-ordenação e aplicada uma coima. No início desta proibição houve um ou dois processos, posteriormente, verificou-se um período em que efetivamente respeitaram a norma legal e agora voltou a verificar-se os maus cheiros. -----

----- A senhora Vice-Presidente referiu que a norma atual permite que, em caso de incumprimento, o Município possa atuar. -----

----- A Vereadora Maria Judite Parreira perguntou se a PSP para poder atuar tem de encontrar o infrator a fazer esse trabalho, ou seja, em flagrante delito, ou não é necessário ser assim, ao que a senhora Vice-Presidente respondeu que normalmente as pessoas telefonam e comunicam o que está a acontecer, ou então, basta comunicar que é visível que houve o espalhar de material causador de maus cheiros. -----

----- A senhora Vice-Presidente explicou que quando se iniciou o processo, recebiam-se inúmeras participações da PSP, queixas telefónicas e pessoas que se dirigiam aos serviços municipais para se queixarem. Todavia, como essa matéria era da competência da Secretaria e da Direção Regional do Desenvolvimento Agrário, a Câmara reuniu-se com essas entidades, no sentido de se elaborar um diploma, pelo departamento do Governo Regional, com competência na área. Inclusivamente, chegou-se a trabalhar nesse sentido, tendo ficado definido que iria sair uma portaria do Governo, a estabelecer as condições para aplicação dos efluentes pecuários, e como o Município tinha o Código de Posturas, então aproveitava-se e definiam-se áreas onde seria proibido. A portaria nunca foi publicada, sendo que o Município avançou com o Código de Posturas, aplicando-se o mesmo quando há incumprimento. -----



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



----- Relativamente à Base das Lajes, nomeadamente a polémica que tem surgido no âmbito do comunicado de várias entidades importantes, quer governamentais portuguesas quer estrangeiras, o Vereador Paulo Frederico manifestou a sua preocupação por certas declarações que alguns ministros da república têm proferido em relação à ilha Terceira. Para além disso, recentemente uma representante da Embaixada Americana também fez afirmações que não são bem verdades, sendo que no âmbito dessa situação a reação do senhor Presidente da Câmara foi muito contundente, assertiva e acertada, no entanto, ia manifestar a sua preocupação por o senhor Presidente não ter tido a mesma postura perante o Governo da República. -----

----- Sobre essa questão a senhora Vice-Presidente realçou que na entrevista que o senhor Presidente prestou no programa da Rádio Horizonte, claramente, fez essas declarações sobre o Governo da República.-----

----- O Vereador Paulo Frederico disse que hoje ouviu essas declarações na rádio e ficou mais tranquilo em relação a essa matéria. No âmbito dessas declarações, e em termos práticos, questionou se quando o senhor Presidente apela à união dos terceirenses, existe alguma medida semelhante aquela que em tempos se tomou, no sentido de se criar uma espécie de concentração popular, tendo o Vereador Tibério Dinis respondido que, para já, não há nenhuma medida nesse sentido. -----

----- O Vereador Tibério Dinis destacou que além da questão do Governo da República, o que é muito crítico, conforme foi proferido pelo senhor Presidente na entrevista da rádio, é o facto da representante da Embaixada ter definido três áreas específicas que estão a ser apoiadas, porém, esse apoio não é visível.-----

----- Quanto a atitudes mais proeminentes referiu que, em termos de mobilização social, será difícil fazê-lo.-----

----- O Vereador Osório Silva defendeu que, na sua opinião, a questão da descontaminação dos solos, por mais que haja divergências, não é um problema político-partidário, mas sim um problema real e muito sério que tem de se resolver. O município está a fazer um esforço, através da Praia Ambiente, para resolver a questão do abastecimento de água, que será solucionada, contudo, existem outras questões de fundo, que os norte-americanos tem responsabilidades e a descontaminação tem de ser permanente, sendo que o estado Português, mais do que ninguém, tem de ter essa responsabilidade. -----

----- O Vereador Paulo Frederico questionou se o senhor Presidente do Governo Regional vai participar na próxima reunião da Comissão Bilateral, agendada para os próximos dias, ao que o Vereador Tibério Dinis respondeu afirmativamente, e de acordo com o que estava publicado no sítio do Governo Regional. -----

----- A senhora Vice-Presidente referiu que esse assunto provavelmente constará da agenda de trabalhos, atendendo a que este Município solicitou que assim fosse, não só pelo custo associado à monitorização do controlo da água para consumo humano, como também algumas informações que têm vindo a ter, nomeadamente do corte de abastecimento de água.-----

----- O Vereador Paulo Frederico realçou que, no seu entender, é importante haver uma articulação entre o Presidente da Câmara e o Presidente do Governo Regional e também fazer um discurso pedagógico e de sensibilização junto das entidades nacionais.



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



----- No que concerne às homenagens do dia vinte de junho, a Vereadora Maria Judite Parreira, referiu que já recebeu a listagem dos homenageados desde o ano de dois mil e sete e questionou se há alguma data limite para entregarem a proposta de homenageados, no ano de dois mil e dezassete, dos Vereadores do Partido Social Democrata, tendo o Vereador Tibério Dinis respondido que a reunião de câmara anterior ao dia vinte de junho é a seis de junho, sendo que as propostas terão de ser entregues até à data de envio dos documentos para essa reunião. -----

----- Questionou, ainda, a Vereadora Maria Judite Parreira, se o executivo mantém a intenção de homenagear os antigos autarcas, ao que a senhora Vice-Presidente respondeu que esse assunto faz parte da agenda da reunião de trabalho que terá lugar hoje. -- -----

----- O Vereador Tibério Dinis acrescentou que já têm o levantamento dos autarcas que exerceram funções ao longo destes anos, sendo que o intuito é em homenagear os que exerceram, pelo menos, doze anos de funções. -----

----- O Vereador Paulo Frederico perguntou se existe a possibilidade de alargar as homenagens para outras individualidades que têm contributos noutras áreas, sem ser na parte política, o Vereador Tibério Dinis respondeu que todos os anos são distinguidas três áreas fixas, ou seja, os vinte e cinco anos de associativismo, os jovens valor e as instituições do Concelho que comemorem vinte e cinco, cinquenta, setenta e cinco e cem anos de associativismo. Este ano duas entidades comemoram vinte e cinco anos de atividade, designadamente o Grupo Folclórico de São Brás e a AACIT – Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira -, das Lajes, bem como a Matriz que, este ano, celebra o quinto centenário da Dedicção da Igreja Matriz de Santa Cruz. Para além, das referidas homenagens tem sido hábito homenagear uma situação em concreto que este ano, em princípio, será os autarcas. -----

----- O Vereador Paulo Frederico disse que provavelmente pretendiam incluir pessoas de outras áreas pelo desempenho que tiveram nos últimos dois anos pelo que, posteriormente, será remetida uma proposta nesse sentido. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- (01/11) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – ROBERTO LÚCIO SILVA PEREIRA MONTEIRO: -----

----- Requerimento datado de 8 de maio em curso, de Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro, comunicando nos termos dos números 1 e 2 do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 setembro, alterada e republicada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, que não pode estar presente na reunião camarária do dia 9 de maio de 2017, em virtude de ter audiência no Tribunal de Angra do Heroísmo à mesma. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



----- (02/11) AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO, POR CONCURSO PÚBLICO, DA EXPLORAÇÃO DO BAR DA ZONA BALNEAR DAS QUATRO RIBEIRAS – PROPOSTA:-----

----- Proposta n.º I-CMPV/2017/744, datada de 3 de maio em curso, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

----- “Face ao solicitado, propõe-se um pedido de autorização para concessão, por concurso público, da exploração do bar da zona balnear das Quatro Ribeiras, conforme as condições gerais constantes do programa de procedimento e caderno de encargos que se encontram anexos e que fazem parte integrante da presente proposta.-----

----- Solicita-se ainda, que seja nomeada a seguinte comissão para análise das propostas dos concorrentes admitidos a concurso:-----

----- Presidente: Dr. Tiago Ormonde;-----

----- Vogal efetivo: Dra. Anabela Leal;-----

----- Vogal efetivo: Eng.º Paulo Nunes;-----

----- Vogal suplente: Virgínia Faria;-----

----- Vogal suplente: Elisabete Costa.”-----

----- No que concerne a este ponto a senhora Vice-Presidente explicou que, como não houve qualquer alteração nas regras do programa de procedimentos e do caderno de encargos, não necessita ser submetido a aprovação da Assembleia Municipal, tendo em conta que se mantém integralmente o aprovado por esse órgão.-----

----- A Vereadora Maria Judite Parreira questionou se há conhecimento de algum possível interessado, ao que o Vereador Osório Silva respondeu que pelo menos uma pessoa já manifestou interesse na exploração daquele espaço.-----

----- Questionou ainda a Vereadora Maria Judite Parreira se, nos últimos anos, houve problemas com a concessão em causa, ao que o Vereador Osório Silva respondeu que nos últimos dois anos correu muito bem, porém, a pessoa que ficou com a exploração do espaço pretende ausentar-se da Ilha.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.-----

----- (03/11) PEDIDO DE PARECER – RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE JOGOS LÍCITOS NO ESTABELECIMENTO CAFÉ ESPADIM AZUL, SITO NO CAMINHO DO FACHO, N.º 120, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA, EXPLORADO POR JOÃO DE PAIVA MEDEIROS:-----

----- Fax/ofício n.º SAI-VPGR/2017/1436, datado de 28 de abril findo, do Gabinete do Vice-Presidente do Governo Regional, solicitando a este Município, ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 4.º da Portaria 71/2007, de 24 de outubro, parecer relativo à conveniência da renovação do licenciamento de jogos lícitos no estabelecimento Café Espadim Azul, sito no Caminho do Facho, n.º 120, freguesia de Santa Cruz, concelho de Praia da Vitória, explorado por João de Paiva Medeiros, designadamente no que se refere à proximidade de estabelecimentos de ensino, por forma a respeitar o disposto no n.º 2 do artigo 11º do DLR n.º 5/2003/A, de 11 de março. -



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



-----Sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Investimentos e Ordenamento do Território, Eng.º Manuel Ortiz, emitiu o seguinte parecer: -----
-----“Na proximidade deste estabelecimento comercial não existe qualquer edifício escolar, não havendo assim inconveniente na renovação de licença solicitada.”-----
-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a emissão de parecer favorável relativo à renovação da licença de jogos lícitos em apreço.**-----

-----Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, a Exma. Vice-Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram dez horas e trinta minutos, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Exm.ª Senhora Vice-Presidente e pela Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

Ass: _____

Ass: _____